

EDUCAÇÃO

Estado precisará de dinheiro para cumprir plano

Para secretário de Educação, governo federal deve arcar com parte de investimentos

▲ NATALIA DEVENS
ndcosta@redgazeta.com.br

O Plano Estadual de Educação aprovado na Assembleia Legislativa corre risco de não ser cumprido integralmente caso a União não viabilize fontes de recursos, na avaliação do secretário estadual de Educação, Haroldo Corrêa Rocha.

Ele classifica as 20 metas do plano como "extremamente desafiadoras". O documento, que traça as estratégias para a Educação Pública, pelos próximos 10 anos, também possui metas audaciosas a curto prazo, como a presença de todos os jovens capixabas, de 15 a 17 anos, em sala de aula até o fim do próximo ano.

Uma delas é a de que até o ano que vem todas as crianças de 4 a 5 anos estejam nas

NOVA LEI

20 metas

É a quantidade de diretrizes que possui o Plano Estadual de Educação.

INVESTIMENTO

"O investimento que deve ser feito nesses níveis de ensino é muito grande. Os municípios não têm recursos garantidos para fazer isso"

HAROLDO CORRÊA ROCHA
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

creches. Hoje, 82% das crianças são atendidas no Estado. Além disso, em dez anos a metade das crianças de até 3 anos de idade devem estar na creche. Hoje,

há 21% delas matriculadas. Para o secretário, deveria constar no Plano Nacional de Educação de que forma os recursos serão disponibilizados pela União para atingir esta meta.

"O investimento que deve ser feito nesses níveis de ensino é muito grande. É responsabilidade constitucional dos municípios, mas eles não têm recursos garantidos para fazer isso. A demanda teria de ter sido resolvida no âmbito do governo federal", afirmou à Rádio CBN Vitória.

Haroldo destaca que na época em que o Plano Nacional foi elaborado, o Brasil ainda estava crescendo, e foi criado o Fundo Social do Pré-Sal para destinar recursos para a educação. Contudo, a iniciativa não é suficiente, pois os ganhos não se concretizaram. A lei que estabelece o Plano Estadual de Educação deve ser sancionada pelo governador ainda esta semana.



Sergio Majeski foi o único contra o projeto de autoria do governo do Estado

Projeto é aprovado na Assembleia com 25 votos a favor

Em uma sessão conturbada, com bate-boca acalorado entre deputados, e com quase quatro horas de duração, foi aprovado o Plano Estadual de Educação, na Assembleia Legislativa, na manhã de ontem. O plano é responsável por traçar as metas que o Estado deve atingir na Educação nos próximos dez anos. Com 25 votos a favor e apenas um contra, além de uma abstenção, o projeto de

autoria do governo do Estado foi aprovado em plenário. Mesmo com apenas um voto contrário, do deputado Sergio Majeski (PSDB), a sessão foi bem conturbada.

O projeto segue recomendação do governo federal, que aprovou o Plano Nacional de Educação. Todos os estados precisam ter o plano aprovado e sancionado até o próximo dia 24 de junho. O projeto

foi protocolado no começo do mês e tramitou em regime de urgência na Assembleia. Uma das metas previstas no plano é a erradicação do analfabetismo no Estado até 2025.

Com a aprovação, o projeto segue para sanção do governador Paulo Hartung e deve ser publicado em Diário Oficial até o próximo dia 24. (Leandro Nossa)

Mais jovens na escola é meta de curto prazo

Uma das metas do Plano Estadual de Educação com prazo curto é a de que todos os jovens de 15 a 17 anos estejam na escola até 2016. O secretário Haroldo Corrêa Rocha ressalta que este problema o Esta-

do tem como resolver sem a ajuda do governo federal, já que há 65 mil vagas de Ensino Médio ociosas no Estado, e cerca de 30 mil jovens dessas idades estão fora do ensino.

"O fato é que esse é um

problema que nós precisamos resolver, não só como governo, porque o governo mantém a escola, mas como sociedade. Os pais têm que motivar esses jovens a voltar para a escola. Precisamos da compreensão dos

jovens de que eles têm de tomar uma decisão: voltar para a escola", disse.

Para o especialista em Políticas Públicas e comentarista da Rádio CBN Vitória Roberto Simões, a meta de trazer os jovens de volta

à escola é a mais urgente de ser cumprida. Diferentemente do secretário, ele afirma que Estado possui 40 mil jovens fora das salas de aula no Espírito Santo.

"Podemos esses 40 mil jovens concentrados em determinados municípios onde não existem vagas. Não se pode trabalhar com

um raciocínio dessa natureza, para o retorno deles às escolas. E pode ter alguns locais que tenham vagas demais. Isso já deveria estar discriminado no plano ou deveriam ter avançado na análise ou identificado quais estudos, e levantamentos complementares, devem ser feitos", analisou.

INVESTIGAÇÃO

Relatório da CPI do Pó Preto pronto em julho

Previsão é de que trabalho seja concluído com mais de um mês de antecedência

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Pó Preto deve ser concluída com mais de um mês de antecedência. De acordo com o presidente da comissão, deputado Rafael Favatto (PEN), o relatório final deve ser entregue ao Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e a

Polícia Federal na primeira semana de julho.

Além de apontar as causas da disseminação do pó de minério na Grande Vitória, o documento vai sugerir que as empresas poluidoras compensem os capixabas, com a construção do Hospital Geral de Cariacica ou o Novo Hospital Infantil de Vitória.

Favatto destacou que o único benefício que as empresas oferecem para o Estado é o imposto, entre-



Pó preto é alvo de protestos por parte da população

tanto, o tributo da Vale, por exemplo, representa apenas 10% do que é pago em Minas Gerais. Como a poluição afeta diretamente à saúde, o parlamentar acredita que a construção de um hospital seria uma medida compensatória.

A Vale paga em Minas gerais R\$ 2 bilhões em impostos e aqui paga R\$ 200 milhões. Acho que quem paga R\$ 2 bilhões em impostos tem o lucro um pouco maior que isso então tem

como fazer o hospital e não vai onerar praticamente nada", disse à CBN Vitória.

Ontem à tarde, ocorreu a segunda audiência pública para debater o pó preto. Sem a participação da sociedade, as galerias da Assembleia ficaram vazias. Apenas membros de associações que defendem o Meio Ambiente acompanharam a audiência. Em outras ocasiões, população foi às ruas protestar contra o problema. (Patrícia Scalzer)

OPERAÇÃO EXPRESSO CACIQUE

Vereadores são suspeitos de usar verba pública para abastecer carro

Ministério Público investiga suspeitas de irregularidades em Muqui, Sul do Estado

▲ BEATRIZ CALIMAN
CACHOEIRO

Uma operação deflagrada ontem pelo Ministério Público Estadual (MPES) apreendeu documentos da Câmara Municipal de Muqui, no Sul do Estado. A Casa é investigada por suspeitas de irregularidades em uso de diárias, abastecimento de veículos particulares de vereadores e contratação de uma empresa para divulgar as sessões.

De acordo com o promotor, Fábio Baptista de Souza, o objetivo da Operação Expresso Cacique foi cumprir os mandados de busca e apreensão de documentos. A ação contou com o apoio de militares e agentes do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) que estiveram na Câmara pela manhã.

Sete malotes de documentos foram apreendidos e notas fiscais também foram recolhidas em dois postos de combustíveis. "Temos investigar as denúncias de



A Câmara de Muqui foi alvo da operação deflagrada pelo Ministério Público Estadual na manhã de ontem

que diárias eram usadas para deslocamento de vereadores em carros particulares e se havia a finalidade pública nos gastos. Por lei, cada vereador tem dinheiro a 50 litros por mês para os veículos oficiais. Verificaremos se existe algum controle nos gastos públicos".

As irregularidades teriam acontecido entre 2011 e 2014. Além da Câmara, documentos dos únicos dois postos de Muqui serão in-

vestigados. "Não há comprovação ainda, mas as empresas teriam de emitir autorização (recibos) desses abastecimentos, em nome da Câmara", complementa o promotor, que não citou os nomes dos envolvidos.

SESSÕES

As transmissões das sessões por meio de uma rádio comunitária também são alvo do MPES. "A rádio recebeu mais de R\$ 100 mil

Expresso cacique: trem da região

▲ O Ministério Público explicou que Expresso Cacique foi um trem que marcou a cidade de Muqui pela renovação. O trem foi o primeiro na região a substituir as antigas marrias-fumaças pelas locomotivas a diesel.

pelas transmissões em quatro anos. Ela não poderia receber o recurso como propaganda, apenas como apoio cultural, que não é o caso pelo que constatamos até o momento."

O horário das transmissões das sessões, que tem início às 19h, também é investigado. A hora é a mesma em que é veiculado diariamente a Voz do Brasil, noticiário estatal obrigatório em todas as rádios abertas do país.

SENTENÇA REFORMADA

Tribunal aumenta pena de réus da "Moeda de Troca"

Acusados fraudaram licitações em Cachoeiro, Santa Leopoldina, Kennedy, Viana e Serra

▲ A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça reformou a sentença contra os réus da Operação Moeda de Troca e decidiu aumentar as penas aplicadas pelo juiz de primeiro grau.

Para o Ministério Público Estadual (MPES), os acusados agiram de forma sistemática e reiterada em fraudes a licitações em Cachoeiro de Itapemirim, Presidente Kennedy, Santa Leopoldina, Viana e Serra.

Entre os empresários condenados, Aldo Martins Prudêncio. A pena é de sete anos e um mês de detenção e dois anos e três meses de reclusão. O regime inicial

FRAUDE

R\$ 28 milhões

Tamanho da fraude apurada na Operação Moeda de Troca.

de cumprimento de pena para detenção é o semiaberto. Para reclusão, aberto.

Também foram aplicadas multas. Para as defesas dos 10 condenados, entre outras coisas, as provas foram colhidas ilegalmente.

Foi mantida a absolvição do ex-secretário de Administração de Santa Leopoldina Paulo Calot.

O relator do processo, desembargador Adalto Dias Tristão, destacou, para

a revisão de penas, a gravidade dos fatos. Ele reafirmou a obtenção, por parte dos réus, de lucro fácil, além da manipulação de grandes quantias de dinheiro.

A Moeda de Troca foi deflagrada em 2010 e prendeu 11 pessoas. Elas seriam ligadas a uma organização criminosa que fraudava editais e concorrências públicas das prefeituras. O esquema envolvia R\$ 28 milhões em contratos.

Advogado de Aldo Prudêncio, Paulo Calot e Isidoro Storch, Hélio Deivid Maldonado, afirmou que estudará apresentação de recursos. "A decisão mantém termos do juízo de Santa Leopoldina. Vou avaliar o acórdão, que tem mais de 300 folhas, para saber o que

EX-PRESIDENTE DA CÂMARA

Morre o político Paes de Andrade

▲ Morreu ontem, aos 88 anos, o político cearense Paes de Andrade, que ocupou a Presidência da República quando era presidente da Câmara dos Deputados, de 1989 a 1991. O ex-deputado estava internado havia um mês no Hospital Santa Lúcia, em Brasília, e teve falência múltipla dos órgãos.

O peemedebista assumiu interinamente a Presidência da República 12 vezes quando presidente da Câmara, na década de 90, durante o governo José Sarney. Um dos chamados "autênticos" do MDB e depois do PMDB, Paes recebeu ontem homenagens de políticos de vários partidos no plenário do Senado Federal.

Ele se tornou figura no folclore político com o ape-



Paes de Andrade foi apelidado como Mombaça

lido de "Mombaça". Isso porque, em uma de suas interinidades no Planalto, lotou o boeing presidencial com políticos e amigos para fazer uma barulhenta visita a sua cidade natal, Mombaça, onde queria voltar como presidente da República.

Vereador diz ser briga política

▲ Para o vice-presidente da Câmara, vereador Alessandro Mateus (PSB), a investigação tem contornos de uma briga política. Ele garante não haver irregularidades no Legislativo municipal.

"Tudo isso é uma guerra política de partidos que querem ocupar poder na Câmara e em outros lugares. São denúncias antigas que já estavam em poder do Ministério Público há dois anos e não tem fundamento. Temos nota de tudo, as viagens têm justificativa, temos controle interno, os veículos que abastecem nos postos são cadastrados. A gente tenta ser o mais transparente possível. Quem não deve não teme", justificou o vereador.

O diretor geral da Casa, Roberto Carrari, afirmou que prefere não se manifestar em relação ao caso. A procuradora da Câmara, Soraila Ferreira, não atendeu as ligações da reportagem.

SERRA

Câmara aprova reajuste para servidores

▲ A Câmara da Serra aprovou, ontem, o reajuste parcelado para os servidores municipais de acordo com o projeto enviado pelo Executivo. As 13 emendas de vereadores foram rejeitadas pelo plenário. Assim, os funcionários municipais devem receber 2% de reajuste na próxima folha de pagamento, outros 3% em dezembro e 4% em abril de 2016. De acordo com a presidente da Câmara, Neidlia Pimentel (sem partido), se não houver tempo hábil para o pagamento na folha de junho, a prefeitura pode rodar uma folha complementar. Servidores acompanharam a votação e protestaram com apitos e cartazes.